

Rui Barbosa: memória e esquecimento*

*Wilton C. L. Silva***

Resumo. A memória de Rui Barbosa tem sido campo da manutenção de imagens criadas em vida, ao mesmo tempo em que surgiu o redimensionamento de seu valor intelectual, literário e político. Propomos discutir, a partir de uma amostra da bibliografia sobre o pensamento social brasileiro, a forma como a memória do jurista baiano é apropriada de forma cívica e intelectual. Para tanto, pretendemos estabelecer um contraste qualitativo e quantitativo entre as obras publicadas e referenciadas do jurista e de Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e Gilberto Freyre, apontando oscilações valorativas ao longo do século XX que marcaram um ocaso da obra barbosiana e da memória do personagem.

Palavras-chave: Rui Barbosa; Mito político; Memória; Produção intelectual; Liberalismo.

Rui Barbosa: myth, memory and forgetfulness

Abstract. The remembrance of Rui Barbosa has always involved the maintenance of myths fabricated during his lifetime while a reappraisal of his intellectual, literary and political dimensions has been forwarded. Current essay discusses from several bibliographical samples on Brazilian social thought the manner the memory of the lawgiver from Bahia has been appropriated civically and intellectually. A qualitative and quantitative contrast was established between Barbosa's works published and referred to and those by Joaquim Nabuco, Sílvio Romero and Gilberto Freyre. Oscillations in the evaluation of Barbosa's works occurred during the 20th century that brought about a decrease in their value and about the memory on the historical subject.

Keywords: Rui Barbosa; Political myth; Memory; Intellectual production; Liberalism.

* Artigo recebido em 31/05/2012. Aprovado em 24/09/2012. Pesquisa financiada pela Fundunesp/SP.

** Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Campus de Assis/SP, Brasil. E-mail: wilton@assis.unesp.br

Rui Barbosa: mito, memória y olvido

Resumen. La memoria de Rui Barbosa ha sido un campo para mantener los mitos creados en vida y, al mismo tiempo, permitió un redimensionamiento de su valor intelectual, literario y político. A partir de una muestra de la bibliografía sobre el pensamiento social brasileño, proponemos discutir la forma en que la memoria del jurista bahiano es apropiada de forma cívica e intelectual. Para ello, pretendemos establecer un contraste cualitativo y cuantitativo entre las obras publicadas y referenciadas del jurista y de Joaquim Nabuco, Sílvio Romero y Gilberto Freyre, apuntando oscilaciones valorativas a lo largo del siglo XX que marcaron un ocaso de la obra de Barbosa y de su memoria.

Palabras Clave: Rui Barbosa; Mito político; Memoria; Producción intelectual; Liberalismo.

Introdução

Longínqua ou não, a mitologia só pode ter um fundamento histórico, visto que o mito é uma fala escolhida pela história: não poderia de modo algum surgir da “natureza” das coisas. (Roland Barthes)

É inevitável perceber que muitos livros ou autores que gozam de igual prestígio em um mesmo período podem ter destino distinto ao longo do tempo. Enquanto uns conseguem manter vivo o interesse que despertam, levando à busca do aprofundamento e da renovação do conhecimento sobre eles, outros se desgastam e são redimensionados de forma negativa, ficando abandonados ao esquecimento ou à indiferença.

Construção, afirmação e desaparecimento de uma obra relacionam-se com um tempo de apropriação, de definição de um cânone literário, no qual o tempo da memória, diferenciado do tempo cronológico estabelece uma dinâmica dual de aproximação e afastamento em que o autor e o texto são sacralizados, tornam-se referências obrigatórias, modelos e exemplos, mas passam a ser mais reverenciados do que lidos, mais imaginados do que conhecidos.

Essa conversão da obra em referência, em um clássico que mesmo antes do contato já é conhecido, projeta-a no domínio de uma monumentalidade que a afasta da realidade mundana, transformando-a em produto da imaginação criadora.

O mesmo ocorre com personagens que a história oficial acolhe como símbolos cívicos, em um processo de afirmação de valores e referências no qual as grandes datas e os grandes feitos se ligam aos homens extraordinários, o que permite ao passado legitimar o presente, em um processo de construção da memória que, na maioria das vezes, se distancia da “vigilância crítica e fidelidade ao passado”.

Rui Barbosa (1849-1923), dentro da tradição polivalente e erudita do século XIX, foi jovem poeta, jornalista, tradutor, professor, advogado, deputado, ministro, senador e diplomata. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras (e sucessor de Machado de Assis em sua presidência), candidato três vezes à presidência do País, tornou-se a encarnação de um modelo de bacharelismo liberal e exemplo vivo de um estilo de linguagem escrita e oral com uma trajetória de consagração pública incomparável.

Os autores-heróis (como Rui Barbosa, Coelho Netto, Olavo Bilac e muitos outros, sendo Monteiro Lobato o mais lido e lembrado) descontextualizados na atualidade funcionam simbolicamente como marcos de uma época. Esquecidos como escritores recomendados nas listas de ‘boas’ leituras para os jovens, permanecem como nomes reverenciados na história, mais pelas suas biografias do que pelos seus escritos (BARBOSA, 2001, p. 13).

Barbosa (2001) aponta, a partir de entrevistas com homens e mulheres que foram professores do Ensino Básico e Médio nas décadas de 40 e 50 do século XX, em Assis, no Estado de São Paulo, que estes se referem ao jurista por meio da utilização de sua biografia como conteúdo escolar, como modelo de “herói político” que eclipsava o “herói escritor”, apesar de, afirmam, seus textos não serem estudados/lidos.

Segundo a autora, o mesmo seria afirmado também por pesquisa da década de 50, que “retrata uma situação em que livros não lidos aparecem como suporte de valores que consagram o intelectual, Rui Barbosa, Águia de Haia”. Pesquisa essa desenvolvida em diversas escolas de zonas urbanas no Brasil, abrangendo vários Estados, e que “constatou que Rui Barbosa estava entre os heróis mais cultuados nos livros didáticos de terceiras e quartas séries dessas escolas” (BARBOSA, 2001, p. 19-20).

A panteonização de Rui Barbosa era afirmada a partir de referências biográficas, agigantadas pelas distorções de um ufanismo oficial e extraoficial no qual o “homem de palavra brilhante e fácil”, “capaz de discutir muitos e variados assuntos” e de “verbalizar vários conhecimentos com brilho”, tinha justificada sua “alta dignidade”, não só como escritor, mas também como “intelectual que dominava diversos saberes” e “orador que orgulhava a nação”.

Candido (1975, p. 42-44) chama atenção para o destaque que o discurso e o recitativo atingiram em certo momento da História do Brasil do século XIX e do início do XX, graças ao número reduzido de leitores, situação que reforçava a oralidade, identificando as origens da valorização da retórica como consequência da estética romântica (com suas “aventuras da palavra em crise de inferioridade”, o que dará “origem à expressão artística mais grata à nossa sensibilidade média”); da institucionalização política que permite a efetiva participação das elites locais após a Independência; do nacionalismo (com a necessidade da criação de uma “representação exaltante da nova pátria, que ficasse fortemente impressa na consciência popular”); e da falta de leitores (que acabava refletindo nos estilos literários as particularidades da oralidade, ou seja, “vendo no leitor problemático um auditor mais garantido”).

Na análise das práticas de ensino e de leitura envolvidas na escolarização, a escolha de autores envolvia a construção de vários tipos de “heróis”: o que tinha o caráter de libertador nacional; o responsável pela

nacionalidade e preservação da territorialidade (como Tiradentes); o que ressaltava o sentimento patriótico com fundamentos nacionalistas e políticos (como Rui Barbosa); o literato cuja obra era exemplo de estilo e conteúdo (como Olavo Bilac); e, ainda, o visionário (como Monteiro Lobato).

Os escolhidos são como que expostos em vitrines e tornam-se figuras mais ou menos sacralizadas. Concretiza-se, dessa forma, um processo de mitificação que hierarquiza e cria códigos que possibilitam, aos que detêm o seu segredo, tirar deles o melhor proveito. Homenagens e comemorações são, em seus rituais, em seus gestos, formas de preservação de um passado segundo uma construção feita no presente. A comemoração é, primeiramente, a teatralização da memória. É o teatro do passado (BARBOSA, 2001, p. 25-26).

Quando Levi-Strauss lança algumas questões sobre a forma como o mito e a história se relacionam nas sociedades indígenas do Canadá, discutindo a organização interna da narrativa mítica, sua representatividade dentro de uma cultura com identidades diversas (famílias, clãs e tribos) ou a relação entre narrador, verdade e subjetivação, também está oferecendo elementos para pensarmos nossos processos de panteonização e a forma como nos apropriamos da memória.

Não é simples coincidência que, segundo o autor, os índios se aproveitem de uma reafirmação de seus mitos como forma de atingir determinados objetivos, como o de que “sua língua e a sua mitologia sejam ensinadas na escola elementar”, e que utilizem “as tradições lendárias para fundamentar reivindicações” territoriais, políticas e outras, enquanto a memória histórica, apropriada diferentemente por diversos grupos, também pode responder por objetivos semelhantes ou correlatos (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 51-54).

É necessário, em relação aos povos indígenas, ainda segundo Levi-Strauss, entender seus mitos como parte da construção do passado que esses grupos consciente e inconscientemente fazem e como uma “arqueologia de salvamento”, ou seja, a busca de indícios materiais e o estabelecimento de

correspondências entre os diferentes relatos possibilitaria não só a compreensão de cada grupo em si, mas também o aprimoramento do saber historiográfico.

Não ando longe de pensar que, nas nossas sociedades, a História substitui a Mitologia e desempenha a mesma função, já que para as sociedades sem escrita e sem arquivos a Mitologia tem por finalidade assegurar, com um alto grau de certeza – a certeza completa é obviamente impossível – que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado. Contudo, para nós, o futuro deveria ser sempre diferente, e cada vez mais diferente do presente, dependendo (de) algumas diferenças, é claro, das nossas preferências de caráter político (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 64).

Sobre a conceitualização da memória, o esquema explicativo de Halbwachs (1990) apresenta a forma como o indivíduo se apropria da memória coletiva, ao se identificar com os acontecimentos públicos que são representativos para seu grupo, embora o sociólogo francês mantenha-se tributário do contraste entre a reconstrução social da memória, que por estar emaranhada às vivências seria subjetiva, e a memória histórica, que por ser escrita e incorporada ao cânone, detinha o status de objetiva.

Halbwachs (1990, p.80-81) separa claramente história e memória ao atribuir à segunda uma dimensão de vivência (física ou afetiva) e identidade de um grupo, enquanto à primeira, escrita e impessoal, seria a expressão de um esforço exterior e, segundo o autor, há uma diferença clara entre memória e história pelo fato de que no processo de apreensão da segunda ocorre uma descontinuidade entre o seu público e os diversos grupos, testemunhas ou atores nela abordados.

Burke (2000) aponta, embora de forma verdadeira, mas não original, para a ruptura da visão historiográfica tradicional sobre as relações entre história e memória, na qual o historiador era guardião de uma memória pública de grandes fatos e homens notáveis, e que dá lugar à uma nova perspectiva, não só fragmentária em diversas identidades e narrativas, mas também

condicionadas socialmente pela seleção consciente e/ou inconsciente e pelos desafios da interpretação.

Para Burke (2000), o avanço historiográfico em relação às ideias de Maurice Halbwachs, no qual é mantida a perspectiva da construção coletiva, mas incorpora-se a diversidade, a fragmentação, a multiplicidade de discursos e atores sociais, o que possibilita pensar em uma “história social da memória” que dê conta dos processos conscientes e inconscientes dos testemunhos e tradições assim como também dos registros históricos – de modo que uma perspectiva histórica da memória deve considerar sua dimensão como fonte histórica e como fenômeno histórico, assim como os princípios de lembrança e esquecimento entre diferentes grupos e tempos.

Torna-se enriquecedora a diferenciação entre memória, passado e história¹, em uma distinção que será posteriormente retomada por Nora (1993) que se aproxima da afirmação de Halbwachs (1990) de que “a história começa somente do ponto onde acaba a tradição”, como se a história surgisse da deteriorização da memória social e de certa forma radicaliza essa ideia ao identificar os “lugares da memória”.

No entanto, se Halbwachs (1990) entende que a memória é incorporada pela história de acordo com que os grupos que a sustentam desaparecem, Nora (1993) identifica no processo de incorporação pela história a causa da diluição da memória.

Nora (1993) estabelece um diálogo inevitável com Halbwachs (1990) ao discutir a forma como a memória é uma experiência de apropriação do vivido por diferentes grupos, sendo portanto afetiva, atual e criativa, em

¹ Em relação à distinção entre a memória autobiográfica e a memória histórica, Halbwachs (1990, p. 55) as diferenças, atribuindo à primeira uma relação de apoio com a segunda, pois toda história de vida faz parte da história em geral, mas adverte que se a segunda é mais ampla também é resumida e esquemática, enquanto que a primeira nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso.

contraste com uma história que se corporifica no registro contido nas exigências de distanciamento e crítica, de forma racional, nostálgica e limitada.

Nora (1993) aponta para a força com que o presente busca guardar traços e vestígios como forma de minimizar sua voracidade diluidora, diminuindo a distância entre a memória coletiva e a história em uma sociedade condenada ao esquecimento pela forma vertiginosa com que se transforma e pela insistência em registrar, arquivar e sintetizar a experiência passada, de modo tal que aquilo que é lembrado é apenas vestígio de algo “preservado” justamente porque deixou de existir.

Nora contrapõe a manutenção de dinâmicas da memória que se mostram integradas e inconsciente de si mesmas, capazes de organizar espontaneamente o presente, e outras, nas quais o passado se dilui como herança e no antigamente dos ancestrais e no tempos indiferenciado dos heróis, das origens e do mito, sendo que em ambas a “história” se converteu somente “vestígio” ou “trilha” (1993, p. 8).

Outra perspectiva que poderia se somar às anteriores é a ideia de “memória subterrânea” elencada por Pollak (1989; 1992), ao tratar das formas de manutenção da memória entre grupos que de alguma forma sustentam memórias marginalizadas, não como material extinto, mas como outra dimensão, que embora oculta significa um esforço de subversão no silêncio e nas sutilezas de suas manifestações, e que pode aflorar em momentos de crise através de sobressaltos bruscos e intensos.

Embora dialogando com as ideias de Halbwachs (1990), para quem as relações entre memória e história se dariam pela incorporação da primeira pela última, a partir das ameaças do esquecimento (ou porque fossem deixando de existir ou os grupos que a mantinham iriam desaparecendo), Pollak (1989) identifica a memória como campo de disputa entre uma elaboração oficial (da

memória oficial ou nacional) e as denominadas “memórias subterrâneas” que sobrevivem em meio às camadas populares.²

Quando Pollak (1989) identifica um processo de disputas entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, parte da concepção de multiplicidade da memória de Halbwachs (1990) foi considerada, superando-a ao incorporar o papel do conflito na análise do sistema social.³

No caso de Rui Barbosa, a ligação entre passado e presente se dá pelo processo de panteonização, que se amplia enormemente após a morte do jurista⁴, em 1923, com a criação do museu com seu nome, em 1927, convertido em Casa de Rui Barbosa, em 1928; a sua escolha como Patrono dos Advogados em 1948; e o “Prêmio Medalha Rui Barbosa”, criado em 1957 (extinto em 1961 e ressuscitado em 1970) por iniciativa da OAB; além de eventos nas efemérides, na presença de sua imagem em selos, notas e moedas; assim como pela colocação de seu nome em logradouros; entre outros processos de reafirmação do personagem.

² Outro sociólogo francês também chamou a atenção para esse campo de luta, utilizando-se do conceito de “capital simbólico” – uma das dimensões da memória: “As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (...), quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar - instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social” (BOURDIEU, 1998, p. 11-12).

³ Pollak (1989, p. 205) relaciona a construção da identidade aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e através da constante negociação direta com os outros.

⁴ O “símbolo” Rui Barbosa foi construído durante a vida do jurista, com uma elevação de sua imagem e biografia (real ou imaginária) ao patamar de exemplo. Barbosa (2001, p. 112) chama a atenção para o fato de que a “revista *Tico-Tico*, criada em 1905, tinha como um de seus personagens a figura de Rui Barbosa”, e o jurista lembrado de forma constante por um grande conjunto de anedotas e “causos” que formam uma verdadeira mitologia – sendo possível se fazer uma significativa antologia sobre o “mito do sujeitinho façanhudo” que conhecia todas as línguas, que impediu o corrupto governo brasileiro de vender para o governo suíço a belíssima melodia do Hino Nacional Brasileiro, entre tantos outros exemplos exóticos e prodigiosos das habilidades do notável baiano (LUCAS, 1968, p. 193).

No entanto, a memória do ilustre baiano tem sido campo de disputa entre a manutenção da memória criada em vida (como as alcunhas sempre reafirmadas de “o baiano genial” ou “Águia de Haia”)⁵ e o redimensionamento de seu valor político, intelectual e literário (como na sua identificação como dono de “reduzidas ideias e de escassa originalidade”, por Alfredo Bosi, ou simples tagarela que “diminui impressionantemente de estatura à medida que desaparecem os que ainda o ouviram”, por Antônio Cândido).

Há, ainda, críticas ácidas e severas ao jurista, como algumas elencadas por Wilson Martins (1996): a sua classificação como “retórico inesgotável e pernicioso sofista”, além de dono de uma cultura semelhante a um vasto oceano, mas raso a ponto de poder ser atravessado só molhando as canelas (trechos de panfleto de 1916, no qual Farias Brito ataca aquele que lhe negara o voto para sua candidatura na Academia Brasileira de Letras, embora anteriormente, em 1910, tenha o autor do folheto proposto em entrevista que Hermes da Fonseca renunciasse em prol da candidatura derrotada do baiano); a descrição, feita por Adelino Magalhães em 1920, da subserviência de certos intelectuais do Rio de Janeiro que sacodem as cacholas vazias “em reverências profundas, diante de um orador de saber arcaicamente vieirense, que leva a desamassar em todos os sentidos banalidades quilométricas, que tendem a endeusar sua pessoazinha”; além de sua identificação, feita por Assis Chateaubriand em 1922, como “um dos mais notáveis escritores estrangeiros do nosso atual idioma, leio-o de dicionário em punho”; e das diversas adjetivações atribuídas a ele, como, por exemplo: “o maior de nossos pseudo-

⁵ Sevcenko aponta a “idolatria emotiva” que diversos personagens receberam da população na São Paulo do início do século XX, em que carregados nos braços da multidão eram saudados com “flores, papel picado, vivas, hurras, gritos, assobios, risos, soluços e lágrimas” em uma catarse coletiva, sendo que, segundo o autor, a “festa promovida para a recepção de Rui Barbosa, autoproclamado candidato antioligárquico à presidência do país, em abril de 1919, parece ter fixado o padrão” (SEVCENKO, 1992, p. 101-102).

estadistas”, utilizada por Pontes de Miranda, em 1924; “Rui Verbosa”, por Gilberto Freyre, em 1924; “uma cartola na Senegâmbia”, por Paulo Prado, em 1925; ou “aquele que já nasceu sexagenário”, segundo Nelson Rodrigues, em 1969; entre outras.

Propomos discutir, a partir da produção bibliográfica, a forma como a memória de Rui Barbosa é apropriada por diferentes grupos intelectuais ao longo do tempo, na tensão entre a manutenção da panteonização e sua reavaliação.⁶

Trajetórias do mito literário e intelectual

O perene é um desejo e a eterna ilusão, / Tudo quanto vive, vive porque muda, / Muda porque passa, e porque passa morre. (Fernando Pessoa)

A reconstrução de uma trajetória individual significa também a percepção de uma rede de relações a partir da ideia de individualidade, com diferentes temporalidades (o ontem e o hoje), vínculos e pertencimentos que se referem tanto a de onde se descreve quanto a quando se descreve, quem descreve e para quem se descreve tal trajetória.⁷

⁶ Os limites e as ambições deste trabalho não permitem discutir aqui as diferentes conceituações da memória e suas complexas relações com a historicidade, mas o avanço historiográfico em relação ao tema mantém a perspectiva da construção coletiva, incorporando a diversidade, a fragmentação e a multiplicidade de discursos e atores sociais, o que possibilita pensar em uma “história social da memória” que dê conta dos processos conscientes e inconscientes dos testemunhos e tradições, assim como também dos registros históricos – de modo que uma perspectiva histórica da memória deve considerar sua dimensão como fonte histórica e como fenômeno histórico, além dos princípios de lembrança e esquecimento entre diferentes grupos e tempos (BURKE, 2000).

⁷ No caso do jurista baiano, essas disputas envolvem tanto grupos intelectuais e políticos como o imaginário popular, pois como Martins afirma, as biografias de Rui Barbosa, editadas em 1943 – quando João Mangabeira lançou “Rui, o Estadista da República”, e Luís Viana Filho relançou “A vida de Rui Barbosa” –, tiveram um claro sentido de oposição ao Estado Novo. E as reedições de suas obras, em especial de “Cartas da Inglaterra”, em 1946, surgiram como parte de um amplo leque de obras de cunho político antiautoritário em um momento no qual a ordem democrática era reestabelecida, como ocorreu ainda com a produção de uma “Barbosiana”, em 1956, ano do centenário do jurista, com apoio significativo da Fundação Casa de Rui Barbosa (MARTINS, 1996, p. 206; 236; 278-279).

Com certeza, o personagem Rui Barbosa representa, em diferentes momentos da vida republicana, tanto um símbolo do liberalismo político quanto de uma elite profissional, os bacharéis. E tal como em casos de ameaças ao estado democrático de direito ou supressão deste, assim como em momentos de redefinição do status ou dos privilégios desta elite, o símbolo é reivindicado como exemplo ou base de legitimação.

Observando a avaliação que determinados autores fazem da produção intelectual de Rui Barbosa, identificam-se duas tendências básicas: a afirmação do mito – quer pela confirmação de referenciais já consagrados na “epopeia” do personagem, quer pela descoberta de novos aspectos que são agregados ao universo mítico deste – ou seu questionamento, pelo desmonte dos aspectos deformados ou amplificados das representações fabulosas do personagem.

Os advogados e juristas identificam em Rui Barbosa uma entidade quase totêmica, no sentido de que é utilizado como símbolo sagrado de seu grupo social e de que lhe são atribuídas qualidades pessoais e profissionais quase sobre-humanas, constantemente reafirmadas em diversas instâncias formais e informais do grupo.

Miguel Reale, por exemplo, pode ser utilizado como representante dessa perspectiva de enaltecimento do herói mítico, quando, ao se propor a identificar “legítimos representantes da ‘inteligência brasileira’”, não só inclui o jurista baiano⁸ como, em flagrante exagero, afirma que os textos sobre o ensino do “jovem Rui”, assim como os dos jovens Hegel e Marx, marcam “um dos momentos mais altos de nossa experiência intelectual”, e que esses textos, inclusive, negam a imagem construída do jurista como “um ideólogo perdido no mundo das abstrações e divorciado da realidade, a ponto de contrapor-se o

⁸ Em lista que consta de “notáveis” como Teixeira de Freitas, Tobias Barreto, Pontes de Miranda, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Fernando Azevedo, Gilberto Freyre e José Guilherme Merquior, entre outros.

seu alegado ‘anacronismo’, por exemplo, à ‘atualidade’ de Joaquim Nabuco” (REALE, 1995, p. 59).

Diversas obras trilham o mesmo caminho do enaltecimento desmedido, como a de João Mangabeira, que identifica em Rui Barbosa o exemplo do estadista republicano, artífice da consolidação institucional do regime (MANGABEIRA, 1943); a de Sílvio Portugal, que em referência à participação do jurista na Conferência de Paz de Haia (em 1907), afirma que o brasileiro, “com sua eloquência, seu descortino, sua cultura verdadeiramente assombrosa, seu perfeito conhecimento de línguas estrangeiras e de todos os problemas jurídicos que ali se discutiram, imprimiu à nossa representação um brilho inexcédível, maravilhou o mundo e elevou o nome do Brasil às maiores alturas” (PORTUGAL, 1998, p. 167); ou ainda, a de Astrojildo Pereira, que identifica o mito como “atilado comentador dos fatos políticos, sociais e literários” e que “tudo quanto produziu, e sua obra é imensa, distingue-se pelo saber exaustivo dos assuntos que versava e por um extraordinário poder verbal, só comparável, na língua portuguesa, ao de um Antônio Vieira” (PEREIRA, 1998, p. 985), entre diversos outros exemplos possíveis.

Buscamos desenvolver, a partir de quatro publicações distintas, cujo objetivo é a orientação bibliográfica de leitores interessados no pensamento social brasileiro, uma reflexão sobre a forma como a obra e o mito de Rui Barbosa podem ser percebidos diferentemente, de acordo com referenciais quantitativos e qualitativos distintos.

Selecionamos quatro publicações voltadas para o auxílio na pesquisa bibliográfica sobre a história e as questões sociais e políticas do Brasil: *O Brasil no Pensamento Brasileiro*, de Djacir Meneses (1999), coletânea de textos que o autor identifica como básicos sobre a realidade e a história brasileiras; *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: Filosofia, Pensamento Político, Sociologia e Antropologia*, organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento

Brasileiro (1999), que referencia as obras e estudos sobre cerca de 400 pensadores brasileiros; *Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro*, de Ronaldo Conde de Aguiar (2000), com sínteses sobre 57 autores fundamentais e os principais estudos sobre suas obras e ideias; e *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*, de Wanderley Guilherme dos Santos (2002), um minucioso e exaustivo levantamento de periódicos, autores e obras divididos cronologicamente.⁹

O livro de Meneses teve a primeira edição em 1956, ambicionando unir diferentes textos que refletissem sobre a questão nacional a partir dos sete temas que nomeiam os capítulos, a saber: As Instituições e o Meio Social; Eleições, Rebeliões e Partidos; Retratos do Brasil; Caminhos na Terra e na História; O Ensino e as Elites; A Tese Republicana; e A Crítica Inconformista, com 72 textos de diferentes autores e épocas (MENESES, 1999).

Para o presente trabalho nos interessa a percepção da presença ou ausência da herança intelectual e política de Rui Barbosa, um livro como esse, do professor titular da UFRJ, utilizado como manual de consulta escolar, que colocava ao alcance dos acadêmicos um conjunto de textos sempre citados embora nem sempre lidos, e que, portanto, estaria em consonância com a ideia geral de um “cânone do pensamento social brasileiro”, demonstra que a presença do jurista legitimava a sua obra como digna de lembrança ou como retrato significativo de um momento na formação nacional.

Meneses incluiu Rui Barbosa no capítulo O Ensino e as Elites, em texto sobre a estrutura dos cursos jurídicos na Reforma do Ensino Secundário e Superior de 1882.

A trajetória política e intelectual de Rui Barbosa garantiu-lhe três aspectos que marcaram seu mito: sua importância como paladino do

⁹ Apenas para efeito de contraste entre a perspectiva literária e a do pensamento social, utilizamos como referência Carpeaux (1964) e Bosi (1970), vide nota 8.

liberalismo político e vulto público de primeira grandeza, assim como a feição circunstancial de seus discursos e libelos aliada ao volume impressionante de sua produção escrita.

Por tais aspectos, sugerimos um contraste com três outros pensadores que não só se destacam por características semelhantes como são inevitavelmente lembrados como parte de um “cânone do pensamento social brasileiro”: Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e Gilberto Freyre. Tal contraste permite, em nosso entender, por aproximação e afastamento, vislumbrar a verdadeira dimensão da produção e influência desses quatro autores.

No livro de Meneses também se fazem presentes Joaquim Nabuco (p. 359-370), com “A lavoura, a alforria e as classes”, fragmento de *O Abolicionismo*, de 1883; no capítulo *Eleições, Rebeliões e Partidos*, Sílvio Romero (p. 215-221), com “As zonas sociais e a situação do povo”, trecho de *Provocações e Debates*, de 1910; e Gilberto Freire (sic) (p. 73-83), com o texto “Sobrados e Mocambos”, parte da obra homônima de 1936, ambos no capítulo *As Instituições e o Meio Social*.

No entanto, se em 1956 e na opinião de Meneses, o jurista baiano igualava-se aos outros três autores, ocupando espaço semelhante dentro da discussão intelectual sobre a questão nacional, as décadas seguintes e outros autores vão redimensionar a importância de sua obra.

O Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia, organizado pelo CDPB – Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, com uma ambição totalizante que o próprio título indica, permite alguns exercícios quantitativos (CDPB, 1999).

Pelo levantamento do CDPB, é possível identificar os números da obra de cada autor, assim como de seus comentadores, dando, portanto, volume à produção pessoal e à força seminal de suas vidas, obras e ideias, constatando-se uma enorme vantagem para o jurista baiano:

Tabela 1: Produção bibliográfica de alguns pensadores brasileiros

Produção bibliográfica de alguns pensadores brasileiros (sécs. XIX e XX)				
	RUI BARBOSA	JOAQUIM NABUCO	SÍLVIO ROMERO	GILBERTO FREYRE
Obras próprias	162	24	74	135
Comentadores	261	45	120	34
Total	423	69	194	169

Fonte: CDPB (1999).

O levantamento detalhado efetuado pelo CDPB possibilita, ainda, uma abordagem qualitativa sobre diferentes aspectos, tornando mais ampla a análise, para além dos totais da produção de cada autor em termos de quantidade, ao permitir identificar a distribuição temática dos volumes dentre os quatro eixos propostos pela publicação (filosofia, pensamento político, sociologia e antropologia), assim como, ao oferecer pistas para o processo de recepção da obra ao longo de certos períodos, apresentando a quantidade de publicações sobre cada autor dentro de um gradiente temporal, marca o aumento ou a diminuição do interesse que a obra despertou em diferentes momentos.

Pensando em termos temporais sobre a produção de textos de comentadores como referencial da recepção, temos a seguinte distribuição:

Tabela 2: Número de publicações de comentadores

Número de publicações de comentadores sobre alguns intelectuais (entre os séculos XIX e XX)						
Intelectual	Sem Data	Até 1920	1921-1950	1951-1980	1981-1998	Total
Rui Barbosa	13	26	114	69	39	261
Joaquim Nabuco	1	7	24	8	5	45
Sílvio Romero	4	27	20	32	37	120
Gilberto Freyre	--	--	1	13	20	34

Fonte: CDPB (1999).

Entendemos que os marcos, embora temporais sejam arbitrários, de certa forma, atendem a periodizações importantes da história literária e intelectual brasileira (o ambiente pré-modernista, o modernismo na sua primeira e segunda geração, assim como o período mais recente) e a certas condições específicas da

vida e memória de Rui Barbosa em determinados momentos, como seu jubileu “cívico-literário” (1918), falecimento (1923) e centenário (1949), que podem ter causado significativo aumento de trabalhos sobre suas obras.

Da distribuição temporal do material sobre Rui Barbosa, 5% não têm data definida; 10% encontram-se até 1920 (período que envolve a transição entre Monarquia e República e a dominação oligárquica, a manutenção do ideal bacharelesco, assim como praticamente toda sua vida política e intelectual); 44% entre 1921 e 1950 (volume que concentra a maior produção e que se situa entre a crise do domínio oligárquico, a Era Vargas e a redemocratização, a ruptura modernista em sua primeira fase e o falecimento e centenário do jurista, mostrando-se bastante fértil na manutenção do mito); 26% entre 1951 e 1980 (em que ocorre uma diminuição significativa da produção sobre Rui Barbosa, paralelamente ao desenvolvimento do populismo, à sua crise e à ditadura militar, assim como uma nova fase do modernismo) e, finalmente, 15% entre 1981 e 1998 (com a redemocratização e o ocaso do mito).

Como não é nosso objeto de análise a recepção da obra dos demais autores, mas somente o contraste com o jurista baiano, nota-se, a partir da década de 50, que o interesse por Freyre e Romero sofre significativa ampliação, enquanto por Rui e Nabuco apresenta clara diminuição.

Como no caso de Rui Barbosa a produção intelectual, a atuação política e o mito mesclam-se de forma inseparável, o levantamento do CDPB (1999) permite outro exercício de análise a partir da separação temática das publicações sobre o autor, suas obras e ideias.

Tabela 3: Publicações sobre Rui Barbosa

Número de publicações temáticas sobre Rui Barbosa						
Biografias	Direito	Política	Linguagem	Educação	Diversos	Total
135	22	44	29	19	12	261
52%	8%	17%	11%	7%	5%	100%

Fonte: CDPB (1999, p. 69-76).

O gênero biografia, comumente sinônimo de literatura glorificadora, de celebração de feitos e de vultos, ocupa não só posição de destaque, mas também majoritária, quando cotejada com os temas sociais, políticos ou intelectuais na bibliografia sobre o jurista baiano – sendo constatada por Johnson a utilização da figura de Rui Barbosa como um mito e lamenta a inexistência de uma biografia crítica digna da importância do papel do personagem, citando *Rui: o homem e o mito*, de 1964, do jornalista Raymundo Magalhães Júnior, como única exceção ao culto à memória do jurista, observando, no entanto, que o livro foi desprestigiado pelos intelectuais do período (JOHNSON, 1973).¹⁰

A proeminência das biografias nas obras sobre o jurista baiano reflete o esforço de manutenção do mito do herói que, digno de prestígio, respeito e adoração, era também perpetuado na fachada das escolas, bibliotecas, ruas, praças e monumentos.

A transformação do personagem histórico em símbolo cívico está presente na trajetória de Rui Barbosa em diferentes momentos, o que pode ser percebido já na década de 1920. Convidado para ser paraninfo da colação de grau de bacharel dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo – solenidade associada à comemoração de seu próprio jubileu jurídico –, proferiu o famoso discurso ‘Oração aos moços’, um de seus textos mais populares, e que na década de 1950, ainda o fez ser cultuado como um dos maiores heróis nacionais.

¹⁰ Vinte e sete anos depois, Carvalho (2000, p. 18) reafirma a avaliação dos intelectuais da época quanto ao valor de *Rui: o homem e o mito*, vaticinando, nas críticas documentadas, que, se Rui Barbosa beneficiara parentes pelo empreguismo, “Magalhães Júnior estava mais interessado em desmoralizar Rui Barbosa do que em estudar o clientelismo”, embora Galvão (2005, p. 363) não identifique de forma negativa nenhuma das diversas biografias que o jornalista escreveu, como *Dom Pedro II e a Condessa do Barral*, *Deodoro – a espada contra o Império* e a já citada obra sobre o jurista.

No entanto, uma abordagem menos comprometida com os valores cívicos e mais voltada à herança intelectual permite um redimensionamento da presença de Rui Barbosa no pensamento social brasileiro.

Em *Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro*, de Ronaldo Conde de Aguiar, com sínteses da obra de cerca de 60 autores considerados seminais e os principais estudos sobre estas, o nome de Rui Barbosa só é referenciado na obra de Luiz Viana Filho, de 1949, *Rui & Nabuco*, em que justamente o contraste entre o homem de ideias e o homem de ações é assinalado a favor do intelectual pernambucano (AGUIAR, 2000, p. 96).

No entanto, *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*, de Wanderley Guilherme dos Santos, até por seu formato de enumeração de referências bibliográficas, permite manter uma ambição totalizante, incluindo periódicos, autores e obras divididos cronologicamente. Neste, constam a obra completa (40 volumes) e mais sete textos de Rui Barbosa com referências ao pensamento social brasileiro, incluindo o parecer jurídico sobre a emancipação dos escravos, o relatório do Ministério da Fazenda e textos sobre Estado de Sítio, Finanças e Política, a Queda do Império, as Cartas da Inglaterra e o Partido Republicano Conservador (SANTOS, 2002, p. 151).

Retomando a comparação entre Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e Gilberto Freyre, os livros de Santos e Aguiar permitem apontar para o seguinte quadro:

Tabela 4: Produção bibliográfica de pensadores brasileiros

Produção bibliográfica de alguns pensadores brasileiros (sécs. XIX e XX)					
		RUI BARBOSA	JOAQUIM NABUCO	SÍLVIO ROMERO	GILBERTO FREYRE
AGUIAR (2000)	Do autor	0	17	15	18
	Sobre o autor	1	36	30	47
SANTOS (2002)	Do autor	47	5	26	13

Fontes: Santos (2002) e Aguiar (2000).

Embora Santos coloque o jurista baiano em posição imbatível no que se refere ao volume de produção, com um número de obras maior do que o somatório das obras dos três outros intelectuais escolhidos por nós, Aguiar não só exclui Rui Barbosa de seu rol de pensadores como marca de forma clara o maior relevo e a recepção mais ampla das obras de Nabuco, Freyre e Romero pela quantidade de estudos críticos que foram capazes de despertar, além do que, ao fazer um levantamento dos títulos sobre o jurista baiano elencados no *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros*, defrontamo-nos com uma literatura volumosa, mas claramente acrítica e vinculada ao mito, como a que se encontra presente no texto de Edith Abreu, *Rui e Deus* (s.d.), de Antônio Batista Pereira; em *Diretrizes de Rui Barbosa* (1932), que analisa a obra do jurisconsulto sob o ponto de vista político, militar, jurídico, linguístico e didático, de Ney Cabral; e em *Rui e a Medicina* (1949); entre outros títulos de natureza heterogênea que não encontram sucedâneo em nenhum dos trabalhos sobre os outros três autores de nossa comparação.¹¹

Conclusão

O que era enganoso nos antigos relatos antropológicos era a mistura que se fazia das tradições e crenças pertencentes a diversíssimos grupos sociais. Isto fez que se perdesse de vista uma característica fundamental de todo o material – que cada tipo de História pertence a um dado grupo, a uma dada família, a uma dada linhagem, ou a um dado clã, e tenta explicar o seu destino, que pode ser desgraçado ou triunfal, ou justificar os direitos e privilégios tal como existem no momento presente, ou, ainda, tenta validar reivindicações de direitos que já há muito desapareceram. (Levi-Strauss)

¹¹ Carpeaux, com ambições de síntese, enumera 48 obras de Rui Barbosa (1964, p. 182-185), 42 de Joaquim Nabuco (p. 132-134), 20 de Sílvio Romero (p. 169-170) e 22 de Gilberto Freyre (p. 310-312). Já Bosi (1970), por sua vez, ao longo de seu texto, faz 14 vezes referência a Rui, tendo o nome do autor tópico específico no capítulo sobre o Realismo (p. 285-289); Nabuco aparece com 13 entradas, sendo abordado em tópico sobre o uso das letras como instrumento político no Realismo; Romero é citado 33 vezes, tendo também tópico específico com seu nome no capítulo sobre o Realismo (p. 276-279); e, finalmente, Freyre, aparece com 25 entradas, sendo abordado ao longo do tópico sobre pensamento social no Pré-Modernismo e Modernismo (p. 350-353).

O mito Rui Barbosa projeta-se em diferentes níveis e de diferentes formas.

Em sua forma estética e literária, sua pessoa e sua obra são símbolos do Brasil do século XIX e de suas permanências no século XX, o que justifica os ataques daqueles que buscam superar as heranças daquilo que Bosí apontou como “sua retórica formidanda” – em um adjetivo que contém em si as grandes dimensões, o despertar do medo ou a ausência da beleza.¹²

Em sua forma intelectual, trata-se de exemplo formidável da explicação dada por Candido para o ufanismo do intelectual brasileiro, que seria dotado de inteligência e cultura tão volumosa que seria capaz de assombrar os estrangeiros.

Tal fantasia se desdobra em três planos: o do autodidatismo e da falta de concorrência literária e científica – que acarretam o generalismo e a falta de autocrítica às redes de relações –, quando “confrades e pósteros” ampliam os méritos de autores e obras para causar repercussão em uma sociedade alheia às coisas do espírito e, finalmente, o dos casos reais ou lendários das obras-primas perdidas – nos quais se misturam a hipertrofia da realidade e as reais dificuldades de publicação e conservação das produções intelectuais (CANDIDO, 1975, p. 236-237).

Afinal, a massa elabora a fama literária num plano quase folclórico, ampliando ainda mais a capacidade de alguns escritores que conseguem firmar-se no seu conceito. Assim, a lenda de Rui Barbosa em Haia, ou de D. Silvério em Roma, ou do Sousinha na França, fazendo o mundo reconhecer a nossa superioridade (...) o talento aparece principalmente sob a forma do dom das línguas, que exprime de modo concreto o domínio sobre algo da civilização misteriosa da Europa, compensando o sentimento de inferioridade. (...) Há anos, no interior de Minas, um velho negro, de esplêndida barba branca, analfabeto e majestoso, me informou que Rui Barbosa falava todas as línguas do mundo (CANDIDO, 1975, p. 23).

¹² O próprio Rui Barbosa negava-se a ser definido como um literato, o que aparece claramente em seu discurso de 13 de agosto de 1918, por ocasião de seu jubileu na vida pública, quando afirmou: “Mas qual é, na minha existência, o ato de sua consagração essencial às letras? Onde o trabalho, que assegure à minha vida o caráter de predominante ou eminentemente literário? Não conheço. Traços literários lhe não mínguem, mas em produtos ligeiros e acidentais (...). Tudo o mais é política, é administração, é direito, são questões morais, questões sociais, projetos, reformas, organizações legislativas” (citado por BOSI, 1970, p. 287).

E, finalmente, o mito Rui Barbosa, em sua forma cívica, deixa ver de forma inequívoca a defesa da democracia jurídica e da ética tradicionalista, ideias nem originais nem numerosas, mas que se agigantaram pelo poder do seu talento verbal e de seu exemplo de vida e produziram uma imagem que perdura pelo seu poder de representar projetos políticos que a realidade apresenta e oculta periodicamente.

Essa diversidade nas formas de manutenção da memória de um indivíduo, para além de suas características inatas, pode influenciar a forma como pessoa, obra e legado se mantêm ou se desgastam com o tempo – a partir da vinculação de seu nome a diferentes grupos e movimentos. A produção editorial, acadêmica e jornalística que o envolve, o relacionamento de instituições, a promoção de diferentes eventos e acontecimentos específicos são aspectos estruturais e conjunturais que influenciam nesse processo.

Em nosso entender, com Rui Barbosa ocorreu de forma clara uma separação entre obra e autor, na qual a primeira vitimada pela profunda ligação com o momento em que foi produzida, diminui de importância com o tempo, enquanto o segundo mantém-se como sólido símbolo cívico.

Enquanto símbolo cívico, o personagem é perpetuado em monumentos e recordado constantemente por grupos profissionais, como o dos advogados, que referenciam sua memória em diversas oportunidades; as instituições, como a Casa de Rui Barbosa, que re-edita sua monumental obra (com cerca de 150 volumes) ao longo das décadas e subsidia a pesquisa acadêmica vinculada a temas afins; ou conjunturas diversas, como contemporaneamente, quando em meio à crise política e a discussões sobre democracia e projeto republicano, a *Revista Época*, a partir de um júri de notáveis, elegeu-o O MAIOR BRASILEIRO DA HISTÓRIA¹³; ou, mais

¹³ Fato semelhante ocorreu em 1999, quando a Revista ISTO É fez enquete semelhante, dividindo por área do conhecimento a posição de BRASILEIRO DO SÉCULO, cabendo ao jurista a vitória na categoria “Justiça e Economia”, com 75% dos votos.

recentemente ainda, quando o jornal *Folha de S. Paulo* entrevistou 200 membros da elite intelectual, política e econômica do país, que apontaram Getúlio Vargas (16 votos), Juscelino Kubtsichek (15 votos), Machado de Assis (13 votos) e Rui Barbosa (9 votos) como os nomes de maior destaque na história do Brasil.¹⁴

Desta forma, convivem, de forma dual, o esquecimento e a imortalidade desse homem pequeno (1,58 m de altura e 48 kg de peso, em um corpo quase raquítico) com sua aura de grande homem.

Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro*. Brasília: Paralelo 15 / S. Paulo: Marco Zero, 2000.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *A construção do "herói"*. Leitura na escola: Assis - SP - 1920/1950. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. História como memória social. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. p. 67-89.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Volume 1. Belo Horizonte: Itatiaia / S. Paulo: Edusp, 1975.

CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

¹⁴ A permanência da figura do jurista no imaginário popular pode ser atestada, por exemplo, na escolha, em 1999, de sua vida como tema do enredo carnavalesco do Grêmio Recreativo Escola de Samba São Clemente, do Rio de Janeiro, que chegava ao Grupo Especial (o nível mais alto do carnaval carioca) com "A São Clemente comemora e traz Rui Barbosa para os braços do povo". "A comissão de frente trouxe os diplomatas, cujo chapéu tinha uma águia. O abre-alas trouxe um bolo para comemorar 150 anos de Rui Barbosa. No carro da abolição, Castro Alves e Rui Barbosa vieram abraçados. No carro dos direitos humanos, Rui Barbosa veio conduzindo um dragão, representando os três episódios importantes que contou com a intervenção de Rui: as revoltas de canudos, da chibata e das armadas. A bateria de Mestre Renatinho veio vestida de senador da República. O desfile terminou com a alegoria alusiva ao triunfo em Haia, quando Rui foi eleito "Águia de Haia." (GRES São Clemente. In: WIKIPÉDIA, disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/GRES_S%C3%A3o_Clemente. Acessado: 19 ago. 2007).

CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000100003>.

CDPB - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros*: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia. Brasília: Senado Federal, 1999.

FOLHA DE S. PAULO. 1 abr. 2007. p. A-16 e A18.

GALVÃO, Walnice Nogueira. A voga do biografismo nativo. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.19, n. 55, p. 349-366, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JOHNSON, Phil Brian. Up-tight about Ruy: an essay on Brazilian Cultural Nationalism and Mythology. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 15, n. 2, p. 191-204, 1973.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LUCAS, Fábio. *Intérpretes da vida social*. Belo Horizonte: Governo do Estado, 1968.

MANGABEIRA, João. *Rui, o estadista da República*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1943.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Volume VII – 1933-1960. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MENESES, Djacir. *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEREIRA, Astrojildo. Pensadores, críticos e ensaístas. In: MORAIS, Rubem Borba de; BERRIEN, William. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1998.

PORTUGAL, Silvio. Direito – de 1500 a 1943. In: MORAIS, Rubem Borba de; BERRIEN, William. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998.

REALE, Miguel. O jovem Rui e a educação liberal. In: *Figuras da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Siciliano, 1995.

REVISTA ÉPOCA. *O maior brasileiro da história*. Rio de Janeiro, n. 434, p. 58-66, 11 set. 2006.

REVISTA ISTO É. *O brasileiro do século*. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/justica/jus1.htm>. Acessado: 12 fev. 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. B. Horizonte: UFMG / Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

